

Políticas educacionais e a transformação da carreira docente: da excepcionalidade à regra nas contratações temporárias do Paraná e do Rio Grande do Sul (2015–2025).

Educational Policies and the Transformation of the Teaching Profession: From the Exception to the Rule in Temporary Hiring in Paraná and Rio Grande do Sul (2015–2025).

Juliana Fatima Serraglio Pasini¹
Alejandro Andres Rebolledo Flores²
Márcia Cossetin³

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil;
jfserraglio@gmail.com

^{II} Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil;
aarebolledof@gmail.com

^{III} Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil; marciacossetin@gmail.com

Resumo:

O artigo analisa as reconfigurações das formas de contratação de professores da educação básica nas redes estaduais do Paraná e do Rio Grande do Sul, entre 2015 e 2025, tendo como referência o princípio constitucional da valorização dos profissionais da educação previsto no artigo 206, inciso V, da Constituição Federal de 1988. A pesquisa, de abordagem qualitativa e documental, fundamenta-se na análise de dados do Censo Escolar da Educação Básica e do Estado do Conhecimento elaborado a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Os resultados evidenciam uma mudança estrutural na composição da força de trabalho docente, marcada pela redução do número de professores efetivos e pela ampliação de formas flexíveis de contratação. Enquanto o Rio Grande do Sul concentra esse movimento na expansão dos contratos temporários, o Paraná diversifica os vínculos por meio do crescimento das contratações temporárias, terceirizadas e celetistas. Observa-se ainda o aprofundamento dessas tendências após a pandemia de COVID-19, embora sua origem seja anterior. Conclui-se que a precarização do trabalho docente integra um processo de reorganização da gestão pública orientado por princípios gerencialistas e neoliberais, fragilizando a carreira docente e reduzindo a centralidade do concurso público.

Palavras-chave: Políticas educacionais; contratação docente; precarização do trabalho; valorização docente; educação básica.

¹ Doutora em Educação (Unisinos) e Pós-doutora em Educação (Unioeste). Professora Associada I do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da UFRGS e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da UFRGS e do Mestrado em Educação – Mestrado Profissional (PPGEDU), do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, da Unila. <https://orcid.org/0000-0002-7854-4038> E-mail: jfserraglio@gmail.com

² Mestrando do PPGL da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Cascavel). Formado em Licenciatura Letras Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). <https://orcid.org/0009-0004-19> E-mail: aarebolledof@gmail.com

³ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora Adjunta na Área de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional (PPGEDU), do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, da Unila. <https://orcid.org/0000-0002-1771-8482> E-mail: marciacossetin@gmail.com

**Abstract:**

This article analyzes changes in the hiring practices for basic education teachers in the state school systems of Paraná and Rio Grande do Sul between 2015 and 2025, using as a reference the constitutional principle of valuing education professionals, as set forth in Article 206, subsection V, of the 1988 Federal Constitution. The study, which employs a qualitative and documentary approach, is based on an analysis of data from the Basic Education School Census and the “State of Knowledge” report compiled from CAPES’s Thesis and Dissertation Database. The results reveal a structural shift in the composition of the teaching workforce, characterized by a reduction in the number of tenured teachers and an expansion of flexible hiring practices. While Rio Grande do Sul focuses this trend on the expansion of temporary contracts, Paraná diversifies employment relationships through the growth of temporary, outsourced, and CLT-based hires. These trends have further intensified following the COVID-19 pandemic, although their origins predate it. It can be concluded that the increasing precariousness of teaching jobs is part of a process of reorganizing public administration guided by managerialist and neoliberal principles, which weakens teaching careers and reduces the central role of civil service examinations.

Keywords: Educational policies; teacher hiring; precarious working conditions; teacher recognition; basic education.

Introdução

Este artigo apresenta uma pesquisa vinculada ao Grupo de Pesquisa e Estudos em Políticas Educacionais (GREPPE/UNILA), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, e ao projeto de pesquisa “As Políticas Educacionais de Educação Básica em Países da América Latina e os Processos de Privatização, Regulação e Gerencialismo da Educação”.

Em um contexto marcado pela mundialização do capital, pela intensificação dos fluxos de conhecimento e pelas disputas em torno de sua produção e circulação, atingir resultados, incorporar tecnologias, atualizar o modo de fazer as coisas e atender à demanda crescente por profissionais da educação são desafios que os estados brasileiros têm enfrentado nesta primeira metade do século, em um processo marcado pela lógica da competição, em que ninguém quer ocupar o último lugar, mas que trouxe consigo fenômenos complexos, especialmente para aqueles que se dispõem a entrar em uma sala de aula.

Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo debater um dos fenômenos decorrentes dessa lógica da competição: o trabalho precário e a precarização do trabalho docente. A análise situa-se no contexto de dois estados da região Sul do Brasil, Paraná (PR) e Rio Grande do Sul (RS), considerados estados conservadores⁴, os quais têm adotado políticas

⁴ Entendemos, sinteticamente, em uma perspectiva crítica, que o conservadorismo se constitui um projeto político e ideológico voltado à preservação das estruturas sociais e das relações de classes existentes, recorrendo à defesa de valores tradicionais, da autoridade e da ordem social como mecanismos de resistência às

que precarizam o desenvolvimento da carreira docente. Esses processos têm relação direta com a contratação de professores, a estabilidade profissional e, sobretudo, a segurança desses profissionais, tanto no exercício de sua função e de sua autonomia quanto em seu desenvolvimento humano.

A análise das mudanças formais nos processos de contratação de professores, com recorte temporal delimitado entre 2015 e 2025, período definido por abranger uma década de aprofundamento das reformas de orientação neoliberal e de expansão das formas flexíveis de contratação no setor público, fundamenta-se em dados oficiais e tem como referência o artigo 206, inciso V, da Constituição Federal de 1988, que consagra a valorização dos profissionais da educação como princípio constitucional do ensino: "(a) valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, nas redes públicas" (Brasil, 1988).

A análise obedece aos pressupostos de uma pesquisa qualitativa documental, fundamentada em Severino (2013), e na utilização do Estado do Conhecimento (EC) para o mapeamento de pesquisas sobre a temática na última década (Morosini, 2015). A sistematização dos dados, mediante a utilização de tabelas e gráficos, possibilita evidenciar as transformações ocorridas nos processos de ingresso no serviço público, bem como suas implicações para a valorização, as condições e a qualidade do trabalho docente, desvelando os efeitos produzidos pelas mudanças implementadas ao longo do período analisado.

Ao tratar do trabalho docente, compreendemos que a precariedade se apresenta desde as condições materiais de trabalho até as questões que envolvem os contratos de trabalho, a gestão da sala de aula e do trabalho pedagógico e, conforme Linhart (2009), a precariedade das condições objetivas produz uma precariedade subjetiva, marcada pela insegurança, pela perda do controle sobre o trabalho e pela necessidade permanente de adaptação às exigências institucionais, mesmo entre trabalhadores com vínculos estáveis.

Tal processo revela o resultado das reformas do Estado, provocadas pelas políticas orientadas pelo ideário neoliberal, especificamente a partir da década de 1990, que promoveram reordenamentos das estruturas estatais e das formas de gestão pública, trazendo um redimensionamento de suas funções, inclusive no campo educacional e, mais especificamente, favorecendo a flexibilização das relações de trabalho e dos mecanismos de contratação de professores, em detrimento da estabilidade e da valorização profissional.

transformações que ampliem direitos, promovam a igualdade ou questionem as desigualdades historicamente constituídas.

Além desta introdução, o texto foi organizado em duas seções. Na primeira, desenvolve-se um breve Estado do Conhecimento (EC), em que se sistematizam as produções acadêmicas sobre a precarização do trabalho docente, com ênfase nos principais desafios decorrentes desse processo, tanto para os sistemas de ensino quanto para os profissionais da educação.

Na segunda seção, com base em dados oficiais obtidos pelo Censo Escolar (2015-2025) dos estados do Paraná (PR) e do Rio Grande do Sul (RS), bem como em fontes do Governo Federal, e articulando esses dados às discussões da primeira seção, realiza-se uma análise dessa "nova" forma de contratação docente, com atenção a três aspectos: i) contratos de trabalho; ii) precarização da carreira; e iii) condições de trabalho. Adicionalmente, considerando o recorte temporal, dedica-se uma seção ao período pandêmico⁵, a fim de analisar seus possíveis impactos na já deteriorada condição docente.

Embora existam pesquisas sobre a precarização do trabalho docente, ainda são escassos estudos que analisam, de forma comparativa, estados brasileiros a partir de dados oficiais do Censo Escolar. Nesse sentido, a análise permite compreender como a ampliação das formas temporárias de ingresso tem reconfigurado a carreira do magistério público e tensionado o princípio constitucional da valorização dos profissionais da educação.

1. Estado do conhecimento sobre a precarização do trabalho docente na última década (2015-2025)

A fim de mapear as pesquisas realizadas na última década que versam sobre a precarização do trabalho docente e os contratos precários, utilizamos a metodologia do Estado de Conhecimento (EC), proposta por Morosini (2015). A autora define o EC como a “identificação, registro, categorização que levem a reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica” (Morosini, 2015, p. 102).

Em consonância com essa perspectiva metodológica, o recorte temporal adotado neste estudo justifica-se pelas profundas transformações ocorridas no campo educacional ao longo da última década, tais como a publicação de documentos que promoveram mudanças curriculares na educação básica decorrentes da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017/2018) e do período pandêmico, que intensificou a reconfiguração do

⁵ O período pandêmico refere-se aos anos de 2020 a 2022, quando a pandemia de Covid-19 trouxe mudanças à organização dos sistemas de ensino e às condições de trabalho docente.

trabalho docente por meio da expansão do ensino remoto e da incorporação de tecnologias digitais, ampliando as demandas e tensionando as condições de trabalho dos profissionais da educação. O contexto foi propício à intensificação do ensino a distância, tanto na educação básica quanto na educação superior, bem como à incorporação de diversas plataformas digitais no ambiente escolar.

Distante de se constituírem somente como ferramentas de ensino, essas tecnologias passaram a exercer funções de controle e gestão sobre o trabalho docente, o monitoramento do desempenho dos estudantes e a definição dos conteúdos considerados prioritários, fortalecendo mecanismos de regulação compatíveis com a lógica gerencial e os interesses do capital. De acordo com Venco e Seki (2023),

Houve expressivo desenvolvimento da indústria de tecnologias educacionais digitais durante e após o período pandêmico (2020-2023), cuja análise da extensão e seus desdobramentos é tarefa por se realizar nas próximas décadas – orientada não apenas pelo exame dos traços de permanência da digitalização da educação, mas sobretudo pelo estudo das mudanças no nível das macrotendências estruturais, sobre o significado do processo educativo e suas diferenças em relação à constituição de um modelo de sistema de educação nacional dirigido para a conformação de um projeto emancipador (Venco; Seki, 2023, p. 3).

As reflexões de Venco e Seki (2023) evidenciam que as transformações desencadeadas e aprofundadas no período pandêmico ainda demandam investigações para se compreender seus desdobramentos sobre o trabalho docente e a educação pública. Nesse sentido, mapear a produção acadêmica sobre a precarização do trabalho docente na última década constitui uma etapa fundamental para compreender como essa temática vem sendo investigada. Para tanto, utilizamos o Banco de Teses e Dissertações da CAPES⁶, a fim de compreender a variação da produção do conhecimento sobre a temática, quais resultados têm sido apontados e de quais contextos tratam essas pesquisas.

É importante, inicialmente, definir que nossa análise, para esta pesquisa, sobre o termo da precarização do trabalho docente está ancorada “no âmbito do direito administrativo (Delgado, 2007; Venco, 2025), como responsáveis por regular o contrato a ser firmado entre empregador e trabalhador e contempla direitos, jornada, salário, benefícios entre outros (Venco; Seki, 2023, p.3). Ou seja, compreendemos a precarização do trabalho a partir da análise dos dados que se referem aos instrumentos contratuais e aos planos de carreira, que nos possibilitam compreender as condições de precariedade do trabalho, acompanhada da ação gerencial que se intensifica a partir de 2019, mediada por diferentes plataformas digitais,

⁶ <https://bdtd.ibict.br/>

tanto no estado do Paraná quanto no Rio Grande do Sul. A expansão do uso de tecnologias digitais na educação tem intensificado a pressão sobre o trabalho docente, definindo novos ritmos e cobranças com vistas à produção de resultados e metas, por vezes inatingíveis, que desconsideram as características peculiares de cada instituição de ensino.

Ao trabalharmos com o conceito de precariedade objetiva e subjetiva (Linhart, 2009), ao tratar das relações e condições de trabalho, entendemos a precariedade objetiva compreendida como “fragilidade no contrato, o trabalho desprovido de direitos, o intermitente e o temporário; e a precariedade subjetiva que afeta aqueles às que vivenciam a estabilidade no emprego, pois atuam profissionalmente em discordância com seus princípios [...] (Venco; Seki, 2023, p. 4), resultando, em grande medida, no adoecimento mental dos profissionais da educação.

Nessa perspectiva, é necessário considerar que a produção do conhecimento científico não resulta exclusivamente da análise realizada pelo pesquisador, mas é influenciada pelas condições econômicas, institucionais, sociais, políticas e históricas em que se insere. A produção científica constitui-se no interior de um campo científico, dotado de regras próprias, no qual se estabelecem “relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas invariantes se revestem de formas específicas” (Bourdieu, 1983, p. 122, grifos do original).

Assim, a realização do EC pressupõe analisar a produção científica em sua inserção no campo científico, considerando os condicionantes históricos, políticos e institucionais que permeiam a construção do conhecimento. Nesta pesquisa, esse movimento analítico concentra-se na produção nacional, articulando-a às especificidades das políticas educacionais implementadas nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Metodologicamente, para a realização do EC, foram realizadas as seguintes etapas: a) definimos a escolha das fontes de produção científica, neste caso, o Banco de Teses e Dissertações da CAPES; b) seleção dos descritores de busca, sendo utilizados três conjuntos de descritores; c) organização do corpus de análise; d) identificação e seleção das fontes; e) construção das categorias e análise do corpus. As categorias definidas foram: trabalho docente; contrato de trabalho, no caso, contratos precários; e considerações acerca do campo do tema da pesquisa. No Quadro 1, apresentamos o quantitativo das pesquisas encontradas conforme o conjunto de descritores.

QUADRO 1 – Levantamento do EC sobre Trabalho Docente e Precarização do Trabalho Docente na última década (2015-2025).

Descritores	Número de pesquisas encontradas	Número de pesquisas selecionadas	Filtros utilizados
Trabalho docente; precarização; contrato	24	18	Programas de pós-graduação em Educação; Ensino; Interdisciplinar.
Trabalho docente; precarização; terceirização	11	1	Programas de pós-graduação em Educação; Ensino; Interdisciplinar.
Trabalho docente; precarização; contrato temporário	18	14	Programas de pós-graduação em Educação; Ensino; Interdisciplinar.

Fonte: Elaboração própria, 2026

Para a primeira seleção, realizamos uma leitura flutuante do título, do resumo e das palavras-chave. As pesquisas excluídas tratam do trabalho docente em instituições de ensino privadas, de estudos comparados entre países, como é o caso do Brasil e do Chile, de profissionais da educação especial e da precarização do trabalho docente no ensino superior, em universidades e institutos federais. Nesta pesquisa, nosso olhar está voltado para os estudos que versam sobre a educação básica, a precarização do trabalho docente e os contratos precários. Do quantitativo de 33 trabalhos encontrados, 13 se repetem entre o primeiro e o o terceiro conjunto de descritores. Sendo assim, foram selecionados 11 trabalhos. O Quadro 2 apresenta a lista dos trabalhos selecionados.

QUADRO 2 – Trabalhos selecionados no EC (2015-2025) sobre Trabalho Docente e Precarização do Trabalho Docente.

Ano	Título	Autor(a)/ Universidade	Nível
2023	A Uberização do Trabalho Docente: novos dilemas para velhos problemas.	Maura Jeisper Fernandes Vieira (UFRGS)	Mestrado em Educação
2023	Rotatividade docente na Rede Estadual de Educação de Minas Gerais: processos de organização e reorganização pedagógica	Adilson Alves (UFMG)	Mestrado em Educação

2023	Contrato temporário e carreira docente: um estudo com professores iniciantes da rede municipal de Educação de Parnaíba, PI.	Aurineide Maria de Almeida Castro (UFRJ)	Mestrado em Educação
2023	A Hibridização e a Flexibilização das relações de trabalho de professoras na atuação de Organização da Sociedade Civil: Novas formas de subsunção ao capital.	Juliana Matias Faust (UDESC - Florianópolis)	Doutorado em Educação
2021	Trabalho docente na educação profissional e tecnológica de nível médio no paraná: análise das políticas de provimento e da contratação da força de trabalho na secretaria estadual de educação e no instituto federal do paraná a partir de 2011	Adelize Trentin Lemes (UFPR)	Doutorado em Educação
2021	Ser professor e ser trabalhador: Uma análise do sentido do trabalho por meio do Regime Especial de Direito Administrativo (REDA)	Andreza Renata do Nascimento Melo (UPE - Petronila/PE)	Mestrado Profissional em Educação
2021	BNCC e o Trabalho Temporário em SC: subordinação, flexibilização e precariedade	Matheus Felisberto Costa (UNESC - Criciúma/SC)	Mestrado em Educação
2021	Condições do Trabalho Docente em uma escola estadual de Mato Grosso do Sul	Rosinete de Jesus Nascimento Duarte (UEMS - Campo Grande)	Mestrado Profissional em Educação
2019	A precarização do Trabalho do Professor na Educação do Campo: anotações de uma escola rural de Canguçu	Graciéli Abrahm Griep Timm (IFSUL-rio-grandense)	Mestrado em Educação e Tecnologia
2019	Valorização Docente: Formação, salários e desafios para a profissão	Júlia Cecília de Oliveira Alves Ribeiro (UESB - Bahia)	Mestrado em Educação
2019	Contratação de Professores temporários na Rede Estadual de Ensino: Um dispositivo de Manifestação do Capital	Laryssa Ramos de Sousa (UECE, Fortaleza/CE)	Mestrado em Educação

Fonte: Elaboração própria, 2026

Dentre as pesquisas selecionadas, duas são pesquisas de doutorado, seis são mestrados em Educação, dois são mestrados profissionais em Educação e um é mestrado em Educação e Tecnologia. A partir dos descritores selecionados, temos três pesquisas publicadas no ano de 2019 e quatro em 2021 e em 2023, respectivamente. Dentre os estados em que as pesquisas foram realizadas estão: Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Ceará.

Observa-se que a produção científica da última década evidencia um consenso sobre a temática da precarização do trabalho docente, embora enfatize diferentes dimensões do processo. Em conjunto, os estudos demonstram que a flexibilização das formas de contratação, especialmente por meio de vínculos temporários, constitui uma estratégia recorrente dos sistemas públicos de ensino nos últimos anos, produzindo impactos sobre a estabilidade profissional, a valorização da carreira, a desmobilização da carreira docente, o pertencimento, a organização do trabalho pedagógico e as condições objetivas do trabalho docente, em especial a intelectualidade e a materialidade do trabalho.

As pesquisas de Lemes (2021), Castro (2023) e Sousa (2019) evidenciam que a ampliação dos contratos temporários tem deixado de representar uma medida excepcional para se consolidar como mecanismo permanente de gestão das redes públicas de ensino. Esses estudos apontam que a substituição gradual de professores efetivos por trabalhadores contratados temporariamente resulta em maior rotatividade, insegurança profissional, enfraquecimento dos planos de carreira e redução da capacidade de planejamento pedagógico das escolas.

Em outra perspectiva, Vieira (2023) e Faust (2023) ampliam o debate ao demonstrar que a precarização ultrapassa a dimensão contratual, incorporando novas formas de exploração mediadas pela platformização do trabalho, pela intensificação das tecnologias digitais e pela lógica da uberização. As autoras evidenciam que o avanço dessas estratégias produz novas formas de controle, monitoramento e responsabilização docente, ampliando a sobrecarga de trabalho, a perda de autonomia profissional e a incorporação de princípios gerencialistas e meritocráticos às práticas educacionais.

A pesquisa de Vieira (2023) apresenta o quanto o advento da platformização e do uso de diferentes ferramentas tecnológicas tem produzido neoprofessores, ou seja, professores que já incorporaram a lógica neoliberal articulada ao trabalho docente, de forma a incorporar características como competitividade, adaptabilidade e superação contínua, meritocrática e

gamificada. Ressalta, em sua pesquisa, que a uberização está posta pela desprofissionalização docente, pela má remuneração e pela perda dos direitos trabalhistas.

De acordo com Vieira (2023), os profissionais da educação têm trabalhado 24 horas por dia, sete dias por semana. No caso dessa pesquisa, os professores são contratados pela plataforma Superprof, o que contribui para a máxima precarização e exploração do trabalho. Atualmente, a plataforma possui 358.709 “professores” cadastrados no Brasil, os quais “[...] atuam em todos os estados e no Distrito Federal. O Rio Grande do Sul tem 18.868 “docentes” cadastrados e é o sexto estado com maior número de professores” (Vieira, 2023, p. 26). A pesquisa demonstra, ainda, que o fenômeno da precarização por meio de contratos precários teve maior expansão após o período pandêmico (COVID-19), a partir do avanço do uso de diferentes recursos tecnológicos, plataformas e exigências tecnológicas dirigidas aos professores, promovendo um estado de crise permanente proposto pelo projeto neoliberal.

Os estudos de Costa (2021) e Duarte (2021) aproximam a discussão das reformas curriculares e das condições concretas de trabalho nas escolas. Costa (2021) demonstra que a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está articulada a processos de flexibilização do trabalho docente e de intensificação do controle sobre o currículo, enquanto Duarte (2021) evidencia que a precarização também se manifesta nas condições materiais de trabalho, na organização da jornada, na infraestrutura escolar e no aumento das exigências institucionais dirigidas aos professores.

As pesquisas de Alves (2023), Melo (2021), Timm (2019) e Ribeiro (2019) reforçam que os efeitos da precarização repercutem diretamente na permanência dos docentes nas redes públicas, na constituição da identidade profissional e na valorização da carreira. Aspectos como elevada rotatividade, baixos salários, fragilidade dos vínculos empregatícios, adoecimento e desmotivação aparecem como consequências recorrentes da flexibilização das relações de trabalho, afetando não apenas os profissionais, mas também a continuidade das práticas pedagógicas e a qualidade da educação pública.

De forma geral, o conjunto das pesquisas revela que a precarização do trabalho docente deve ser compreendida como um fenômeno estrutural, associado às reformas de orientação neoliberal implementadas nas últimas décadas. Há convergência entre os estudos ao indicar que a flexibilização dos vínculos, a intensificação do trabalho, a incorporação de mecanismos gerencialistas e o avanço da platformização têm redefinido a profissão docente, fragilizando direitos historicamente conquistados e ampliando a instabilidade nas redes públicas de ensino.

Embora as pesquisas apresentem importantes contribuições para a compreensão da precarização do trabalho docente, observa-se que a maior parte delas se concentra em contextos locais ou em estudos de caso, privilegiando aspectos específicos, como contratos temporários, plataformização, condições de trabalho e valorização da carreira. Permanecem, contudo, incipientes as investigações comparativas entre redes estaduais que examinem, com base em séries históricas de dados oficiais, os efeitos das políticas de contratação sobre a composição do quadro docente. Buscando contribuir para essa lacuna, o presente estudo analisa comparativamente a evolução dos vínculos de trabalho nas redes estaduais do Paraná e do Rio Grande do Sul, entre 2015 e 2025, de modo a compreender como a ampliação das contratações temporárias e a redução do número de professores efetivos têm reconfigurado a carreira docente e aprofundado o processo de precarização.

2. Da excepcionalidade à regra: contratações temporárias e precarização do trabalho docente nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

A forma de ingresso na carreira docente constitui um dos principais indicadores da valorização ou da precarização do trabalho docente. Embora a Constituição Federal de 1988 estabeleça o concurso público como regra para o provimento de cargos efetivos, observa-se, nas últimas décadas, a ampliação progressiva das contratações temporárias nas redes estaduais de ensino. A análise dos dados do Censo Escolar (INEP, 2015–2025) evidencia que Paraná e Rio Grande do Sul vêm substituindo gradativamente docentes concursados por vínculos temporários, configurando uma transformação estrutural da composição da força de trabalho docente.

Conforme estabelece a Constituição Federal (1988), o ingresso de novos professores deve ocorrer mediante concurso público de provas e títulos. Essa garantia constitucional tem por finalidade valorizar a carreira docente, assegurando estabilidade no vínculo de trabalho, segurança remuneratória e pleno acesso aos direitos inerentes ao serviço público. Contudo, nos estados analisados, a exceção constitucional que autoriza contratações temporárias tem sido utilizada de forma recorrente, a ponto de reduzir significativamente a realização de concursos públicos. Esse movimento contribui para a consolidação de um contexto de precarização permanente do trabalho docente, marcado pela ampliação de vínculos instáveis e pela fragilização das condições de exercício profissional.

Nós nos referimos ao disposto no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, que diz: “a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade

temporária de excepcional interesse público” (Brasil, 1988). A excepcionalidade prevista no inciso em destaque passa, progressivamente, a constituir o principal mecanismo de ingresso no magistério estadual. Assim, um dispositivo concebido para situações extraordinárias transforma-se em política permanente de gestão da força de trabalho docente. Desse modo, é possível observar um aumento significativo no número de professores que ingressam no serviço público por meio dos chamados Processos Seletivos Simplificados (PSS), tanto em suas versões integrais quanto nas versões emergenciais⁷.

Para tratar da precarização do trabalho é preciso, segundo Alves (2011), considerar que as condições materiais histórico-sociais da reestruturação produtiva do capital demandam uma força de trabalho “flexível”, o que significa estar apto(a) a um grau de exploração maior e que se adeque às forças de trabalho impostas pelas demandas do capital. Já que “uma das características histórico-ontológicas da produção capitalista é estar sempre procurando ‘flexibilidade’ das condições de produção, principalmente da força de trabalho” (Alves, 2011, p. 14). Essa flexibilidade reflete diretamente nos contratos de trabalho, afeta os vínculos trabalhistas, contribui para o aumento de trabalhos autônomos e informais, vistos também nas pesquisas do Estado do Conhecimento, ou seja, contribui para que o trabalhador, neste caso o docente, garanta o seu sustento e emprego pela via de um emprego sem carteira de trabalho, sem vínculo estatutário e sem o direito de lutar por melhores condições materiais para a realização do trabalho pedagógico, passando a realizar múltiplas funções. “Deste modo, um dos significados da precarização do trabalho é a reposição de suas determinações mercantis por meio da desregulamentação e flexibilização de suas condições sócio-institucionais de consumo capitalista” (Alves, 2007, p. 130).

A pesquisa de Antunes (2018) revela que a precarização dos vínculos empregatícios no Brasil, endossada pela flexibilização, fortalece a terceirização. Esta é um elemento fulcral na precarização do trabalho, pois é uma prática evidenciada na gestão, na organização e no controle, que corrobora para a expansão de contratos flexíveis sem garantia dos direitos trabalhistas, precarizando, conseqüentemente, a vida dos trabalhadores. O autor ressalta, ainda, que esse processo contribui significativamente para a fragmentação da identidade coletiva, intensifica a alienação e a desvalorização do trabalho, ou seja, o docente já não se reconhece no/pelo trabalho realizado, o que enfraquece a luta pela qualidade da educação e favorece a entrada do empresariado na educação, pela via da exploração da força de trabalho.

⁷ As versões aqui chamadas de integrais, são aquelas nas quais os candidatos devem participar de um processo seletivo completo, o qual inclui provas, testes e verificação de títulos. As versões emergenciais, são processos curtos nos quais só é avaliado o título profissional.

3. A excepcionalidade como política permanente de contratação

No Paraná, entre 2015 e 2025, foram abertos aproximadamente quinze editais de contratação de professores temporários⁸. Esse número não é preciso, dado o volume de editais que são abertos continuamente. Nesse processo, temos ainda os contratos que foram cancelados, reestruturados e, inclusive, fusionados com outros. Exemplo disso é o edital publicado no final de 2019, que foi reorganizado em 2020 e 2021. Esse dado, mesmo diante da complexidade anteriormente descrita, contrasta de forma significativa com a realidade dos concursos públicos⁹ no estado, tendo em vista que, na última década, apenas um concurso público foi realizado, no ano de 2023¹⁰, tendo como precedente o concurso público realizado em 2013, Edital nº 017/2013, com um intervalo de dez anos.

O estado do Rio Grande do Sul, por sua vez, no mesmo intervalo de tempo, realizou vinte e cinco Processos Seletivos Simplificados¹¹ e dois concursos públicos¹², um em 2023 e outro em 2025, com um intervalo de dez anos no primeiro e de dois anos no segundo. Ainda que exista diferença entre os dados do Paraná e do Rio Grande do Sul em relação à abertura de editais, tanto para concurso público quanto para Processos Seletivos Simplificados, os dados discutidos nesta seção demonstram os impactos na categoria docente dos servidores públicos.

O primeiro dado significativo problematizado é aqui nomeado como base de análise, para a qual se toma como ponto de referência os dados de 2015 para ambos os estados, estabelecendo o indicador de crescimento e decrescimento dos tipos de ingresso no sistema educacional estadual, segundo a Quadro 2.

QUADRO 2 – Dados Base de Análise.

Tipo contrato / Estado	PR	RS
Concursado/efetivo/estável	35.303	33.467
Contrato Temporário	16.833	17.631
Contrato terceirizado	125	83

⁸ <https://www.educacao.pr.gov.br/pss>

⁹ <https://www.educacao.pr.gov.br/Concursos>

¹⁰ Edital 011/2023 –DRH/SEAP

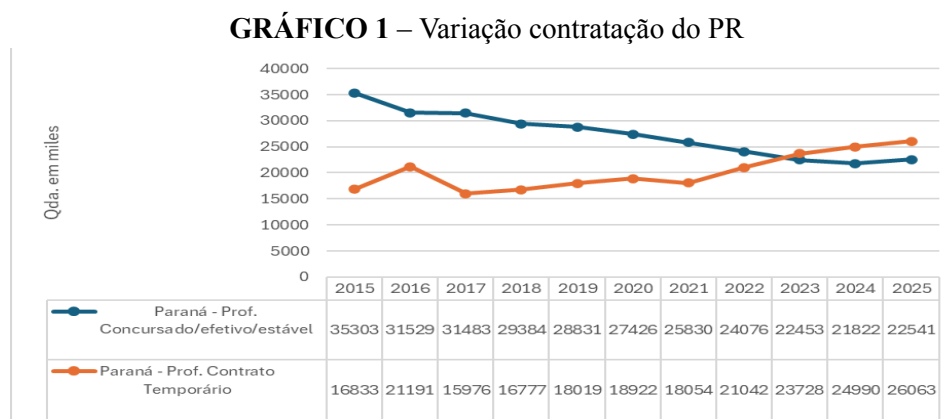
¹¹ <https://educacao.rs.gov.br/vagas-professores>

¹² <https://educacao.rs.gov.br/concursos>

Fonte: Elaboração própria, 2026

Ainda que neste trabalho não aprofundemos as categorias de terceirizados e celetistas, optou-se por mantê-las para se ter uma noção de como essas categorias evoluíram até 2025. Em 2015, a relação entre professores efetivos e professores temporários correspondia, no Paraná, a 67,35% e, no Rio Grande do Sul, a 65,07%, estabelecendo uma predominância de um professor temporário para cada dois professores concursados.

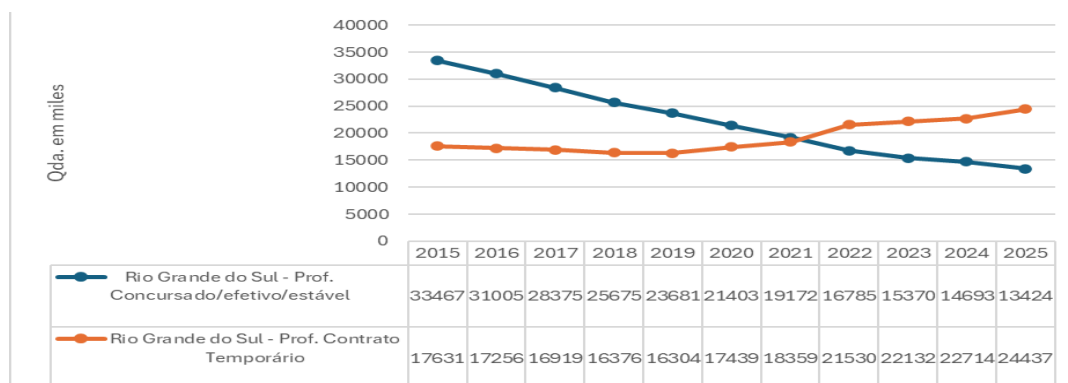
Em relação ao recorte temporal da pesquisa, observa-se um ponto de inflexão em ambos os estados no período pós-pandemia. No Paraná, essa mudança passa a ser evidenciada a partir de 2022 (Gráfico 1), enquanto, no Rio Grande do Sul, ela se torna perceptível desde 2021 (Gráfico 2).



Fonte: Elaboração própria, 2026. (A partir dos microdados INEP)

Como é possível observar no Gráfico 1, referente ao Paraná, a quantidade de postos de trabalho de professores concursados entre 2015 e 2025 decresceu em 12.762, o que corresponde a aproximadamente 36,15%. Em contrapartida, o número de postos de trabalho de professores temporários aumentou em 9.230 no mesmo período.

GRÁFICO 2 – Variação contratação do RS

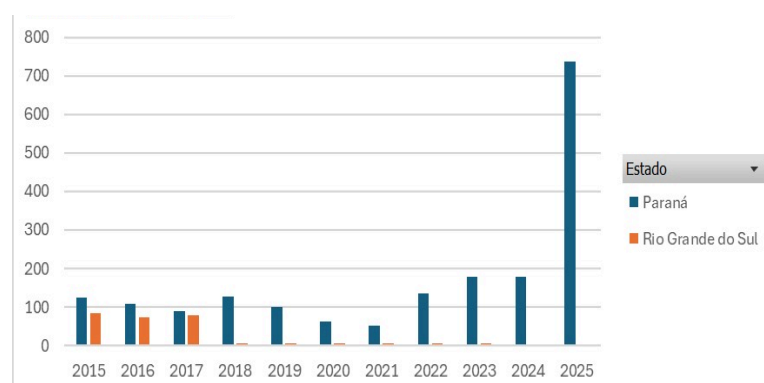


Fonte: Elaboração própria, 2026. (A partir dos microdados INEP)

No Gráfico 2, correspondente ao Rio Grande do Sul, os dados são ainda mais expressivos no que se refere aos professores concursados, uma vez que, em um período de dez anos, foram perdidos 20.043 postos de trabalho, o que representa uma redução de cerca de 60% em relação a 2015. Por sua vez, o número de professores temporários, embora menor do que o observado no Paraná, também apresentou aumento significativo, com acréscimo de 6.806 contratações.

Como antecipado, destacam-se, de forma específica, os vínculos terceirizados (Gráfico 3) e os contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (Gráfico 4), pois essas modalidades apresentaram trajetórias significativamente distintas entre Paraná e Rio Grande do Sul ao longo da série histórica.

GRÁFICO 3 – Evolução contratos terceirizados



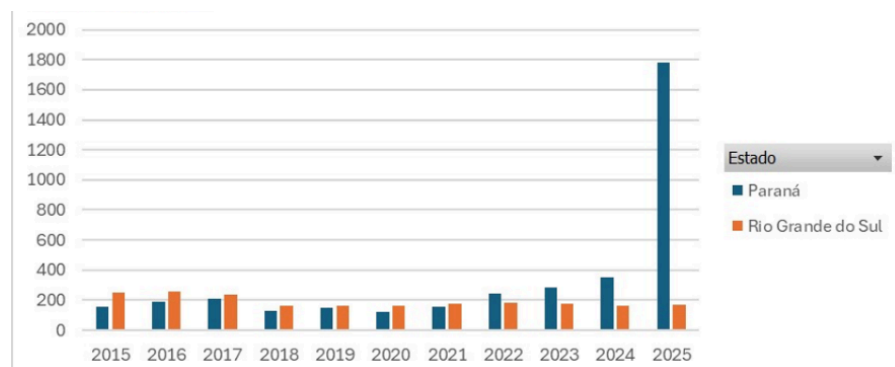
Fonte: Elaboração própria, 2026. (A partir dos microdados INEP)

No Rio Grande do Sul, observa-se uma tendência de retração dessas formas de contratação, com redução de 97,6% dos vínculos terceirizados e de 34,4% dos contratos

celetistas entre 2015 e 2025. Em sentido oposto, o Paraná registra crescimento extremamente elevado em ambas as modalidades, com aumento de 489% dos vínculos terceirizados e de 1.058% dos contratos celetistas no mesmo período.

Embora a terceirização e a contratação celetista representem, conjuntamente, uma parcela inferior à dos contratos temporários, sua expansão revela um movimento importante de diversificação das formas de ingresso no magistério público. Esse processo indica que o Estado passa a recorrer a mecanismos cada vez mais flexíveis de contratação, reduzindo a centralidade do concurso público como principal forma de acesso à carreira docente e ampliando vínculos marcados por menor estabilidade funcional.

GRÁFICO 4 – Evolução contratos celetistas -CLT



Fonte: Elaboração própria, 2026. (A partir dos microdados INEP)

A partir dos Gráficos 3 e 4, observa-se que a precarização do trabalho docente não ocorre de maneira homogênea entre os estados, assumindo configurações distintas conforme as opções político-administrativas adotadas pelos governos estaduais. Enquanto o Rio Grande do Sul concentra sua flexibilização predominantemente na ampliação dos contratos temporários, o Paraná combina modalidades ainda mais diversas de contratação não concursada (terceirização e regime celetista), ampliando a fragmentação dos vínculos laborais. Essa diferença sugere estratégias distintas de gestão da força de trabalho docente, alinhadas às reformas gerencialistas que buscam maior flexibilidade administrativa em detrimento da estabilidade e da valorização profissional. Em ambos os casos, contudo, o resultado converge para o enfraquecimento do concurso público como principal mecanismo de acesso ao magistério, para a multiplicação de regimes jurídicos no interior das redes de ensino e para a intensificação da precarização do trabalho docente.

Os Gráficos 3 e 4 permitem identificar que, apesar das diferenças entre os estados, ambos caminham para um processo de reconfiguração das relações de trabalho na educação pública. Se, em 2015, predominava o ingresso por concurso público, em consonância com o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, ao longo da década observa-se uma progressiva substituição desse modelo por formas de contratação mais flexíveis. No Paraná, esse processo manifesta-se simultaneamente pela ampliação dos contratos temporários, terceirizados e celetistas; no Rio Grande do Sul, embora terceirizados e celetistas tenham diminuído, verifica-se igualmente a expansão dos vínculos temporários, produzindo efeitos semelhantes quanto à fragilização da carreira docente.

Esses resultados revelam que a precarização não deve ser compreendida apenas pelo aumento de contratos temporários, mas pela diversificação das modalidades de contratação que reduzem a estabilidade, flexibilizam as relações de trabalho e enfraquecem a constituição de carreiras públicas permanentes. Em termos de política educacional, essa mudança representa uma inflexão no modelo de gestão das redes estaduais de ensino, aproximando-as de princípios gerencialistas que privilegiam a flexibilidade administrativa e a redução de custos em detrimento da valorização profissional e da continuidade do trabalho pedagógico.

Os dados também evidenciam um ponto de inflexão a partir de 2020, período que coincide com a pandemia de COVID-19. Essa afirmação é asseverada na obra *Capitalismo Pandêmico*, de Ricardo Antunes. A partir da análise de Correia e Cecílio (2024), podemos identificar que esse período também “intensificou o empobrecimento e miserabilidade da classe trabalhadora em geral” (Correia; Cecílio, 2024, p. 434) e “[...] como solução para a crise capitalista, o autor salienta que foram adotados novos contratos trabalhistas e novos formatos de trabalho, caracterizados pela informalidade e flexibilização” (Correia; Cecílio, 2024, p. 436).

Embora a série histórica demonstre que a flexibilização das formas de contratação já vinha sendo implementada anteriormente, observa-se, nos anos posteriores ao início da pandemia, um aprofundamento desse movimento. A redução do número de professores concursados intensifica-se nesse período, possivelmente em decorrência de aposentadorias, exonerações, afastamentos permanentes por motivos de saúde e, em alguns casos, óbitos, ao mesmo tempo em que se ampliam formas mais flexíveis de contratação para suprir as necessidades das redes de ensino.

A emergência sanitária exigiu rápida reorganização dos sistemas educacionais e impôs novos desafios à gestão das redes públicas, sobretudo em função da implementação do ensino

remoto emergencial e das sucessivas adaptações das atividades escolares. Nesse contexto, a flexibilização dos vínculos de trabalho consolidou-se como uma estratégia de gestão. No Rio Grande do Sul, esse processo manifesta-se principalmente pela continuidade da redução dos professores efetivos e pela intensificação dos contratos temporários a partir de 2020. Já no Paraná, além da expansão dos vínculos temporários, observa-se crescimento expressivo das contratações terceirizadas e celetistas, indicando uma reconfiguração ainda mais profunda das formas de ingresso e permanência na carreira docente.

Desse modo, a pandemia deve ser compreendida não como a origem desse processo, mas como um catalisador de transformações já em curso. Mais do que provocar mudanças conjunturais, ela acelerou uma tendência de reconfiguração da força de trabalho docente orientada pela flexibilização contratual. Nesse sentido, os dados sugerem que a precarização contemporânea se caracteriza menos pela substituição de um vínculo por outro e mais pela institucionalização de um modelo de gestão baseado na coexistência de múltiplas formas de contratação, produzindo uma categoria docente cada vez mais heterogênea, marcada por diferentes níveis de proteção social, estabilidade e reconhecimento profissional.

Os resultados empíricos reforçam os resultados apresentados nas pesquisas de Antunes (2018) e Venco (2025), ao evidenciarem que a precarização do trabalho não se limita à perda de direitos ou ao aumento de contratos temporários, mas envolve a reestruturação das relações de trabalho no setor público, marcada pela flexibilização contratual, pela fragmentação da categoria profissional e pela adoção de mecanismos gerencialistas de gestão da força de trabalho.

Considerações finais

A análise desenvolvida confirma que a precarização do trabalho docente nas redes estaduais do Paraná e do Rio Grande do Sul constitui um processo estrutural, e não conjuntural, marcado pela diversificação das formas de contratação e pela redução progressiva do concurso público como via de acesso à carreira. Embora os dois estados caminhem para a flexibilização das relações de trabalho, fazem-no de modo distinto, o Rio Grande do Sul pela expansão dos contratos temporários, o Paraná pela combinação de vínculos temporários, terceirizados e celetistas, convergindo, contudo, para o enfraquecimento da estabilidade profissional docente e para a fragilização do princípio constitucional da valorização dos profissionais da educação. A pandemia de COVID-19, mais do que origem

desse processo, atuou como catalisadora de transformações já em curso desde o início do período analisado.

A principal contribuição deste estudo está em articular uma série histórica de dados oficiais do Censo Escolar a um levantamento sistemático da produção científica nacional, permitindo compreender a precarização docente como fenômeno estrutural e comparado entre duas redes estaduais. Ao superar a predominância de estudos de caso e contextos locais, a pesquisa evidencia padrões de transformação da gestão do trabalho docente que podem orientar futuras investigações sobre outras unidades da Federação.

Como limitação, destaca-se que os dados censitários permitem identificar tendências na composição da força de trabalho, mas não captam as experiências subjetivas dos docentes diante das diferentes modalidades de contratação. Estudos futuros poderão combinar abordagens quantitativas e qualitativas, incluindo entrevistas com professores, gestores e formuladores de políticas, e ampliar a comparação a outras redes estaduais, aprofundando a compreensão dos impactos da flexibilização contratual sobre a profissão docente e a educação pública brasileira.

Referências bibliográficas

ALVES, Adilson. **Rotatividade docente na Rede Estadual de Educação de Minas Gerais:** processos de organização e reorganização pedagógica. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2026].

CASTRO, Aurineide M. A. **Contrato temporário e carreira docente:** um estudo com professores iniciantes da Rede Municipal da Parnaíba, Pi. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

CORREIA, Ana Carolina G.; CECÍLIO, Sálua. Capitalismo pandêmico. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 15, n. 43, p. 434–438, 2024. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/interfaces/article/view/8714/6427>. Acesso em: 12 mai. 2026.

COSTA, Matheus. F. **BNCC e o Trabalho Temporário em SC**: subordinação, flexibilização e precariedade. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2021.

DELGADO, Maurício G. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTR, 2007.

DUARTE, Rosinete J. N. **Condições do Trabalho Docente em uma escola estadual de Mato Grosso do Sul**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) — Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.

FAUST, Juliana M. **A Hibridização e a Flexibilização das relações de trabalho de professoras na atuação de Organização da Sociedade Civil**: novas formas de subsunção ao capital. 2023. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Microdados do Censo Escolar da Educação Básica (2015-2025)**. Brasília: INEP, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/cento-escolar>. Acesso em: 15 mar. 2026.

LEMES, Adelise T. **Trabalho docente na educação profissional e tecnológica de nível médio no Paraná**: análise das políticas de provimento e da contratação da força de trabalho na secretaria estadual de educação e no instituto federal do paraná a partir de 2011. 2021. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

LINHART, D. Les conditions paradoxales de la résistance au travail. **Nouvelle Revue de Psychosociologie**, Toulouse, v. 1, n. 7, 2009. DOI: <https://doi.org/10.3917/nrp.007.0071>.

MELO, Andreza R. N. **Ser professor e ser trabalhador**: uma análise do sentido do trabalho por meio do Regime Especial de Direito Administrativo (REDA). 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2021.

MOROSINI, M. C. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Educação**, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101–116, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822>. Acesso em: 15 mai. 2026.

RIBEIRO, Julia C. O. A. **Valorização Docente**: formação, salários e desafios para a profissão. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUSA, Laryssa R. **Contratação de Professores temporários na Rede Estadual de Ensino**: um dispositivo de manifestação do capital. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.



TIMM, Guilherme A. G. **A precarização do trabalho do professor na Educação do Campo**: anotações de uma escola rural de Canguçu. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) — Instituto Federal Sul-rio-grandense, Pelotas, 2019.

VENCO, Selma. Obscura claridade no trabalho docente: debates teóricos e empíricos. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 45, e289487, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/fMtk4wCZDQmc95q4zj6h5gB/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 14 mar. 2026.

VENCO, Selma; SEKI, Allan K. A docência à deriva: entre a tecnologia do futuro e a precariedade do presente. **Debates em Educação**, Maceió, v. 15, n. 37, p. e16490, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/debateseducacao/article/view/16490/11201>. Acesso em: 15 ago. 2026.

VIEIRA, Maura J. F. **A uberização do trabalho docente**: novos dilemas para velhos problemas. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.